

Anexo Único a que se refere o artigo 3º do Decreto nº 53.177, de 4 de junho de 2012

DECLARAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) SERVIDOR(A), EMPREGADO(A) OU INDICADO (A):

NOME: _____ RG/CIN/RNE/RF: _____

NOME SOCIAL: _____

CARGO/FUNÇÃO/ EMPREGO _____

SECRETARIA/SUBPREFEITURA: _____

TELEFONE RES: () _____ CELULAR () _____

E-MAIL: _____

2. DECLARAÇÃO:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012, que estabelece as hipóteses impeditivas de nomeação, contratação, admissão, designação, posse ou início de exercício para cargo, emprego ou função pública, em caráter efetivo ou em comissão, e que:

() **não incorro** em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() **incorro** nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() **tenho dúvidas** se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de Inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura do interessado/servidor

RG/CIN/RNE/RF: _____



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

**CIDADE DE SÃO PAULO
COMUNICADO DE INÍCIO DE EXERCÍCIO
SECRETARIA/SUBPREFEITURA/DRE _____**

NOME:
NOME SOCIAL:
NÚMERO DO RG:
NÚMERO DO CIN:
REGISTRO:
CARGO:
SETOR:
PROCESSO SEI Nº:
DATA DA PUBLICAÇÃO:

ÓRGÃO EMISSOR:
VÍNCULO:

Anexar xerocópia do comprovante de abertura da conta ou do cartão do banco

Banco do Brasil	Nº Banco	Agência	N.º da Conta	DV

Datas Básicas	Nomeação	Posse	Formalização de Contrato

- () Concurso Público () Contratação () Reintegração
 () Reversão "Ex-Offício" () Concurso - Acesso () em Comissão () _____

1 – IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

Nome: _____ RF _____ vínculo _____

Nome Social: _____

Cargo/Função: _____ Ref/ Simb.: _____

2 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Prefixo

Secretaria/Subprefeitura: _____

Subsecretaria: _____

Departamento/Coordenadoria: _____

Divisão/Supervisão: _____

Seção: _____

Estrutura Hierárquica: _____ Telefone: _____ Ramal: _____

3 – DATA DE INÍCIO DE EXERCÍCIO

_____/_____/_____

Carimbo e Assinatura da Chefia Imediata

R.F. | | | | | | | | | | - | | | |

4 – AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MUNICIPAL

() Requeiro a averbação do tempo em que exerci o (a) cargo/função : _____
vínculo. Outrossim declaro que estou ciente que a averbação acima solicitada passará a ter caráter irreversível.

() Não requeiro a averbação do tempo.

São Paulo, ____/____/_____ _____

Assinatura do Servidor

Instruções às Unidades de Pessoal: PAGAMENTO: Este Formulário é absolutamente indispensável a Inclusão do servidor em FOLHA DE PAGAMENTO. O seu completo preenchimento e encaminhamento imediato à URH, diminuirá o tempo efetivo da realização do pagamento.



SECRETARIA/SUBPREFEITURA/DRE _____

DECLARAÇÃO

Eu,
registro funcional nº....., portador da Cédula de Identidade R.G.
nº..... e inscrito no CPF /MF sob o nº.....,
venho requerer a inclusão e uso do meu nome social
.....
(indicação do nome social) nos termos dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 58.228 de 16
de maio de 2018.

São Paulo, ____/____/____

ASSINATURA DO REQUERENTE



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

**DECLARAÇÃO DE INGRESSO PARA O SERVIÇO PÚBLICO — DISP
SECRETARIA/SUBPREFEITURA/DRE _____ PREENCHIDA EM ____/____/20____**

NOME: NOME SOCIAL: NÚMERO DO RG: NÚMERO DO CIN: REGISTRO: CARGO: SETOR: PROCESSO SEI Nº: DATA DA PUBLICAÇÃO:	ÓRGÃO EMISSOR: VÍNCULO:	FOTO
--	----------------------------	------

1 - DADOS PESSOAIS (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)

NOME		RF			
SEUS DADOS PESSOAIS ESTÃO DE ACORDO COM O CADASTRADO NA RECEITA FEDERAL () SIM () NÃO					
UTILIZAR NOME SOCIAL- Decreto nº 58.228/2018 () SIM () NÃO		NOME SOCIAL			
RG	REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO (RNE)	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGAO EXPEDIDOR	CPF	
CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGAO EXPEDIDOR	UF		
PIS/PASEP	ANO DO 1º EMPREGO	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL? () SIM Nº: _____ () NÃO	SÉRIE	UF	
CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL Nº _____	TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO		
POSSUI CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO? () SIM () NÃO	Nº	CATEGORIA	VALIDADE	UF	
DOCUMENTO MILITAR TIPO:	Nº	DATA DE EMISSÃO __/__/__	CATEGORIA	REGIÃO MILITAR	SITUAÇÃO
DATA DE NASCIMENTO ____/____/____	SEXO () FEMININO () MASCULINO	CIDADE DE NASCIMENTO	ESTADO	NACIONALIDADE	ANO DE CHEGADA AO BRASIL
NOME DO PAI					
NOME DA MÃE					
ESTADO CIVIL		NOME DO CÔNJUGE/ COMPANHEIRO (A)			
POSSUI FILHOS? () SIM () NÃO		QUANTOS? _____	SÃO SEUS DEPENDENTES? () SIM () NÃO		QUANTOS? _____
ENDEREÇO RESIDENCIAL					
BAIRRO		CIDADE			
ESTADO		CEP			
CONTATO					
• FONE RESIDENCIAL: () _____					
• TEL CELULAR: () _____					
EMAIL: _____					
() AUTORIZO A PMSP ENVIAR COMUNICADOS PARA O MEU E-MAIL PESSOAL E/OU PELO MEU CELULAR.					
ASSINATURA DO DECLARANTE					

2- SITUAÇÃO ESCOLAR

	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		SUPERIOR				OUTROS
	FUND. I	FUND. II	REGULAR	PROFISSIONALIZANTE	GRADUAÇÃO	PÓS GRAD.	MESTRADO	DOUTORADO	
COMPLETO									
INCOMPLETO									
PROFISSIONALIZANTE							ENTIDADE		
TÍTULO SUPERIOR							ENTIDADE		
DATA DA CONCLUSÃO __/__/__			DATA DE COLAÇÃO DE GRAU __/__/__						
CONSELHO				Nº DO REGISTRO			DATA DE EMISSÃO DO REGISTRO __/__/__		
DIPLOMAS APRESENTADOS									

3- DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO § 3º, ARTIGO 8, DO DECRETO Nº 62.219/2023.

COR DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DO

() AMARELA () BRANCA () INDÍGENA () PARDA () PRETA

4- INGRESSO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ABAIXO:

LEI Nº 13.398/2002 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CARGOS PÚBLICOS: () SIM () NÃO

TIPO DE DEFICIÊNCIA:

() FÍSICA- QUAL: _____

() SENSORIAL- QUAL: _____

() MENTAL- QUAL: _____

() OUTROS- QUAL: _____

DECRETO Nº 57.557/2016 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE COTAS RACIAIS () SIM () NÃO

5 - DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FUNCIONAL COM A PMSP - ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)

5.1 () NUNCA FUI SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP

5.2 () **SOU SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**
() **SOU SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL () ADMITIDO () EFETIVO () CONTRATADO () COMISSÃO () CLT () ELETIVO		
DENOMINAÇÃO DO ORGÃO (SECRETARIA, EMPRESA PÚBLICA, AUTARQUIA - OUTROS)	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO: () Regime Próprio de Previdência Social () Regime Geral de Previdência Social		
LICENÇA: () SIM () NÃO	FÉRIAS: () SIM () NÃO		
PERÍODO DE __/__/__ A __/__/__	PERÍODO DE __/__/__ A __/__/__		
AFASTAMENTO: () SIM () NÃO	TIPO DE AFASTAMENTO: () COM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS () SEM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS		
PERÍODO DE __/__/__ A __/__/__			
ESTOU RESPONDENDO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR () SIM () NÃO	PROCESSO NÚMERO		
EXERCE CARGO EM COMISSÃO () SIM () NÃO	CARGO	PADRÃO/REFERÊNCIA	DATA DE DESLIGAMENTO / /

5.3 () **FUI SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**
() **FUI SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

CATEGORIA FUNCIONAL
() ADMITIDO () EFETIVO () CONTRATADO () COMISSÃO () CLT () ELETIVO

DENOMINAÇÃO DO ORGÃO

EXONERADO/ DISPENSADO / RESCISÃO

NO CARGO/ FUNÇÃO DE: DATA DE DESLIGAMENTO
__/__/__

MOTIVO DO DESLIGAMENTO
() A PEDIDO () POR CONVENIÊNCIA DA ADMINSITRAÇÃO
() SEM JUSTA CAUSA () JUSTA CAUSA
() TÉRMINO CONTRATUAL () POR PROCEDIMENTO DISCIPLINAR () NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO
() OUTROS

SOU APOSENTADO () SIM () NÃO	EM / /	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO () Regime Próprio de Previdência Social () Regime Geral de Previdência Social
SOU PENSIONISTA () SIM () NÃO	Nº DO REGISTRO	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO () Regime Próprio de Previdência Social () Regime Geral de Previdência Social

**6- DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FUNCIONAL COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS
(OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)**

6.1	<input type="checkbox"/> NUNCA FUI SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, (MINISTÉRIO, SECRETARIA, AUTARQUIA, EMPRESA PÚBLICA, FUNDAÇÃO, PODER JUDICIÁRIO OU LEGISLATIVO OU OUTROS ENTES) MANTIDO POR ESSES PODERES		
6.2	SOU SERVIDOR PÚBLICO <input type="checkbox"/> DE OUTRO MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> ESTADUAL <input type="checkbox"/> FEDERAL		
DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO		TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> Regime Próprio de Previdência Social <input type="checkbox"/> Regime Geral de Previdência Social	
CARGO / FUNÇÃO / EMPREGO			
CATEGORIA FUNCIONAL <input type="checkbox"/> ADMITIDO <input type="checkbox"/> EFETIVO <input type="checkbox"/> CONTRATADO <input type="checkbox"/> COMISSÃO <input type="checkbox"/> CLT <input type="checkbox"/> ELETIVO			
LICENÇA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		FÉRIAS: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
PERÍODO DE: ___/___/___ A ___/___/___		PERÍODO DE: ___/___/___ A ___/___/___	
AFASTAMENTO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		TIPO DE AFASTAMENTO: <input type="checkbox"/> COM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS <input type="checkbox"/> SEM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS	
PERÍODO DE ___/___/___ A ___/___/___			
ESTOU RESPONDENDO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		PROCESSO NÚMERO	

6.3	FUI SERVIDOR PÚBLICO: <input type="checkbox"/> DE OUTRO MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> ESTADUAL <input type="checkbox"/> FEDERAL		
DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO			
CARGO / FUNÇÃO / EMPREGO			
CATEGORIA FUNCIONAL <input type="checkbox"/> ADMITIDO <input type="checkbox"/> EFETIVO <input type="checkbox"/> CONTRATADO <input type="checkbox"/> COMISSÃO <input type="checkbox"/> CLT <input type="checkbox"/> ELETIVO			DATA DE DESLIGAMENTO ___/___/___
MOTIVO DO DESLIGAMENTO <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> SEM JUSTA CAUSA <input type="checkbox"/> TÉRMINO CONTRATUAL <input type="checkbox"/> POR CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO <input type="checkbox"/> JUSTA CAUSA <input type="checkbox"/> POR PROCEDIMENTO DISCIPLINAR <input type="checkbox"/> NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO <input type="checkbox"/> OUTROS			
SOU APOSENTADO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		EM ___/___/___	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> Regime Próprio de Previdência Social <input type="checkbox"/> Regime Geral de Previdência Social
CARGO / FUNÇÃO			
SOU PENSIONISTA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		Nº DO REGISTRO	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> Regime Próprio de Previdência Social <input type="checkbox"/> Regime Geral de Previdência Social

**7- ACUMULAÇÃO DE CARGOS/ FUNÇÕES/ EMPREGOS PÚBLICOS (LEIA COM ATENÇÃO ANTES DE PREENCHER OS DADOS)
INFORMAÇÕES GERAIS IMPORTANTES:**

De acordo com o **artigo 37, Da Constituição Federal Brasileira**, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

PROVENTOS DE APOSENTADORIA

Também é lícita a acumulação de proventos de aposentadoria:

- I. com cargo eletivo ou em comissão;
- II. com outra aposentadorias desde que ambas decorrentes de cargos acumuláveis;
- III. com a remuneração de servidor ativo, se cargos acumuláveis.

PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR X ACUMULAÇÃO

Nestes casos as pensões representam o direito do beneficiário, como dependente de outro servidor (falecido), não caracterizando acumulação de cargos ou proventos pelo beneficiário da referida pensão.

ATENÇÃO: O Acumulo será considerado lícito havendo compatibilidade de cargos, horários e jornada quando se tratar de cargo, função e emprego público.

7.1 – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE CARGO/ PROVENTOS

CIENTE DAS INFORMAÇÕES ACIMA, DECLARO QUE NÃO ACUMULAREI CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS (EM MINISTÉRIO, SECRETARIA, EMPRESA PÚBLICA, FUNDAÇÃO, PODER JUDICIÁRIO OU LEGISLATIVO OU OUTROS ENTES)

ASSINATURA DO DECLARANTE

7.2- DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO: CIENTE DAS ORIENTAÇÕES DO ITEM 7 DECLARO QUE:

7.2.2 () ACUMULAREI AS SEGUINTE ATIVIDADES PÚBLICAS			
() PMSP X PMSP	() PMSP X OUTRO MUNICÍPIO	() PMSP X ESTADUAL	() PMSP X FEDERAL
NOME DA UNIDADE		CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL
NOME DA UNIDADE		CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL

7.2.3 () ACUMULAREI A SEGUINTE ATIVIDADE E PROVENTOS PÚBLICOS			
() PMSP X PMSP	() PMSP X OUTRO MUNICÍPIO	() PMSP X ESTADUAL	() PMSP X FEDERAL
NOME DA UNIDADE		CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL
APOSENTADORIA PELO SERVIÇO PÚBLICO	NOME DA UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL

Fico ciente que deverei informar a esta unidade de recursos humanos sobre qualquer alteração, inclusive de jornada.

_____ ASSINATURA DO DECLARANTE

8. DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FUNCIONAL COM EMPRESA PRIVADA

ATENÇÃO: A atividade desenvolvida em empresa da rede privada somente será lícita se houver compatibilidade com a jornada municipal.

Nome da última ou atual empresa em que está trabalhando ou trabalhou	Data do desligamento ____/____/____
--	--

9- DECLARAÇÃO DE ANTECEDENTES (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)

DECLARO PARA FINS DE INGRESSO EM CARGO/ FUNÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO INCISO V DO ARTIGO 11 DA LEI 8989/1979, COMBINADO COM O ARTIGO 2º DO DECRETO 16.174/1979, QUE:

POSSUO REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS () SIM () NÃO
 RESPONDO A INQUÉRITO POLICIAL OU PROCESSO CRIME () SIM () NÃO

ESTOU CIENTE E DECLARO QUE, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 16.174/1979, CITADO ABAIXO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES ACIMA REPRESENTAM A FIEL VERDADE E ESTOU CIENTE DE QUE SUA FALSIDADE OCASIONARÁ A NULIDADE DE MINHA NOMEAÇÃO E ATOS SUBSEQUENTES, BEM COMO QUALQUER INFORMAÇÃO QUE GERAR INTERPRETAÇÃO DÚBIA PODERÁ OCASIONAR ATRASO NO RECEBIMENTO DOS MEUS VENCIMENTOS, ATÉ SUA TOTAL REGULARIZAÇÃO

Art. 4º: Verificada, a qualquer tempo, a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental ou declaração do interessado, a exigência será considerada como não satisfeita e sem efeito o ato praticado em consequência de sua apresentação ou juntada, devendo o órgão ou entidade dar conhecimento do fato à autoridade, dentro de 5 (cinco) dias para instauração do processo criminal.

SÃO PAULO, ____ DE _____ DE _____

_____ ASSINATURA DO DECLARANTE

10- USO EXCLUSIVO DA URH/ SUGESP (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS: SIM () EXPEDIENTE Nº _____ DATA DOC LICITUDE ____/____/20____
 NÃO ()

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE PROVENTOS: SIM () EXPEDIENTE Nº _____ DATA DOC LICITUDE ____/____/20____
 NÃO ()

ESTA DISP FOI RECEBIDA E CONFERIDA POR:

_____ CARIMBO E ASSINATURA



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

**DECLARAÇÃO DE INGRESSO PARA O SERVIÇO PÚBLICO – ALTERAÇÃO FUNCIONAL – DISP/AF
DECLARAÇÃO DE DADOS FUNCIONAIS PARA INGRESSO EM OUTRO CARGO SEM INTERRUPTÃO DE VINCULO
SECRETARIA/SUBPREFEITURA/DRE _____ PREENCHIDA EM ____/____/20____**

NOME: NOME SOCIAL: NÚMERO DO RG: NÚMERO DO CIN: REGISTRO: CARGO: SETOR: PROCESSO SEI Nº: DATA DA PUBLICAÇÃO:	ÓRGÃO EMISSOR: VÍNCULO:	FOTO
--	----------------------------	------

INGRESSO SEM INTERRUPTÃO (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO)

EU, _____,

RF _____, DECLARO PARA FINS DE INGRESSO NO CARGO/ FUNÇÃO _____ (

) NÃO HOUE ALTERAÇÃO EM MEUS DADOS PESSOAIS.

() HOUE ALTERAÇÃO EM MEUS DADOS PESSOAIS CONFORME PREENCHIMENTO DOS ITENS DO CAMPO 1.

1 - DADOS PESSOAIS (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)

NOME				RF	
SEUS DADOS PESSOAIS ESTÃO DE ACORDO COM O CADASTRADO NA RECEITA FEDERAL? () SIM () NÃO					
UTILIZAR NOME SOCIAL- Decreto nº 58.228/2018 () SIM () NÃO			NOME SOCIAL		
RG	REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO (RNE)	DATA DE EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	
CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL		DATA DE EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	
PIS/PASEP	ANO DO 1º EMPREGO	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL? () SIM Nº: _____ () NÃO	SÉRIE	UF	
CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL		TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	
Nº _____					
POSSUI CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO? () SIM () NÃO		Nº	CATEGORIA	VALIDADE	UF
DOCUMENTO MILITAR	Nº	DATA DE EMISSÃO	CATEGORIA	REGIÃO MILITAR	SITUAÇÃO
TIPO:			___/___/___		
DATA DE NASCIMENTO	SEXO	CIDADE DE NASCIMENTO	ESTADO	NACIONALIDADE	ANO DE CHEGADA AO BRASIL
_____/_____/_____	() FEMININO () MASCULINO				
NOME DO PAI					
NOME DA MÃE					
ESTADO CIVIL		NOME DO CÔNJUGE/ COMPANHEIRO (A)			
POSSUI FILHOS? () SIM () NÃO QUANTOS? _____			SÃO SEUS DEPENDENTES? () SIM () NÃO QUANTOS? _____		
ENDEREÇO RESIDENCIAL					
BAIRRO			CIDADE		
ESTADO			CEP		
CONTATO					
• FONE RESIDENCIAL: () _____					
• TEL CELULAR: () _____					
EMAIL: _____					
() AUTORIZO A PMSP ENVIAR COMUNICADOS PARA O MEU E-MAIL PESSOAL E/OU PELO MEU CELULAR.					
					ASSINATURA DO DECLARANTE

2- SITUAÇÃO ESCOLAR

	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		SUPERIOR				OUTROS	
	FUND. I	FUND. II	REGULAR	PROFISSIONALIZANTE	GRADUAÇÃO	PÓS GRAD.	MESTRADO	DOUTORADO		
COMPLETO										
INCOMPLETO										
PROFISSIONALIZANTE								ENTIDADE		
TÍTULO SUPERIOR								ENTIDADE		
DATA DA CONCLUSÃO __/__/__			DATA DE COLAÇÃO DE GRAU __/__/__							
CONSELHO				Nº DO REGISTRO			DATA DE EMISSÃO DO REGISTRO __/__/__			
DIPLOMAS APRESENTADOS										

3- DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO § 3º, ARTIGO 8, DO DECRETO Nº 62.219/2023.

COR DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DO

() AMARELA () BRANCA () INDÍGENA () PARDA ()

4- INGRESSO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ABAIXO:

LEI Nº 13.398/2002 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CARGOS PÚBLICOS: () SIM () NÃO

TIPO DE DEFICIÊNCIA:

() FÍSICA- QUAL: _____

() SENSORIAL- QUAL: _____

() MENTAL- QUAL: _____

() OUTROS- QUAL: _____

DECRETO Nº 57.557/2016 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE COTAS RACIAIS () SIM () NÃO

5- DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FUNCIONAL COM A PMSP - ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA
(OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)

5.1 () NUNCA FUI SERVIDOR PUBLICO DA PMSP

5.2 () SOU SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
() SOU SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL () ADMITIDO () EFETIVO () CONTRATADO () COMISSÃO () CLT () ELETIVO		
DENOMINAÇÃO DO ORGÃO (SECRETARIA, EMPRESA PÚBLICA, AUTARQUIA - OUTROS)	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO: () Regime Próprio de Previdência Social () Regime Geral de Previdência Social		
LICENÇA: () SIM () NÃO	FÉRIAS: () SIM () NÃO		
PERÍODO DE __/__/__ A __/__/__	PERÍODO DE __/__/__ A __/__/__		
AFASTAMENTO: () SIM () NÃO	TIPO DE AFASTAMENTO: () COM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS () SEM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS		
PERÍODO DE __/__/__ A __/__/__			
ESTOU RESPONDENDO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR () SIM () NÃO	PROCESSO NUMERO		
EXERCE CARGO EM COMISSÃO () SIM () NÃO	CARGO	PADRÃO/REFERÊNCIA	DATA DE DESLIGAMENTO / /

5.3 () FUI SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
() FUI SERVIDOR PÚBLICO DA PMSP ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CATEGORIA FUNCIONAL
() ADMITIDO () EFETIVO () CONTRATADO () COMISSÃO () CLT () ELETIVO

DENOMINAÇÃO DO ORGÃO

EXONERADO/ DISPENSADO/ RESCISÃO	DATA DE DESLIGAMENTO __/__/__
NO CARGO/ FUNÇÃO DE:	
MOTIVO DO DESLIGAMENTO	
() A PEDIDO	() POR CONVENIÊNCIA DA ADMINSTRAÇÃO
() SEM JUSTA CAUSA	() JUSTA CAUSA
() TÉRMINO CONTRATUAL	() POR PROCEDIMENTO DISCIPLINAR
	() NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO
	() OUTROS

SOU APOSENTADO () SIM () NÃO	EM __/__/__	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO () Regime Próprio de Previdência Social () Regime Geral de Previdência Social
--	-------------	--

SOU PENSIONISTA () SIM () NÃO	Nº DO REGISTRO	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO () Regime Próprio de Previdência Social () Regime Geral de Previdência Social
---	----------------	--

**6- DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FUNCIONAL COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS
(OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)**

6.1	<input type="checkbox"/> NUNCA FUI SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, (MINISTÉRIO, SECRETARIA, AUTARQUIA, EMPRESA PÚBLICA, FUNDAÇÃO, PODER JUDICIÁRIO OU LEGISLATIVO OU OUTROS ENTES) MANTIDO POR ESSES PODERES		
6.2	SOU SERVIDOR PÚBLICO	<input type="checkbox"/> DE OUTRO MUNICÍPIO	<input type="checkbox"/> ESTADUAL <input type="checkbox"/> FEDERAL
DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO		TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> Regime Próprio de Previdência Social <input type="checkbox"/> Regime Geral de Previdência Social	
CARGO / FUNÇÃO / EMPREGO			
CATEGORIA FUNCIONAL <input type="checkbox"/> ADMITIDO <input type="checkbox"/> EFETIVO <input type="checkbox"/> CONTRATADO <input type="checkbox"/> COMISSÃO <input type="checkbox"/> CLT <input type="checkbox"/> ELETIVO			
LICENÇA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		FÉRIAS: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
PERÍODO DE: ___/___/___ A ___/___/___		PERÍODO DE: ___/___/___ A ___/___/___	
AFASTAMENTO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		TIPO DE AFASTAMENTO: <input type="checkbox"/> COM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS <input type="checkbox"/> SEM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS	
PERÍODO DE ___/___/___ A ___/___/___			
ESTOU RESPONDENDO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		PROCESSO NUMERO	

6.3	FUI SERVIDOR PÚBLICO: <input type="checkbox"/> DE OUTRO MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> ESTADUAL <input type="checkbox"/> FEDERAL		
DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO			
CARGO / FUNÇÃO / EMPREGO			
CATEGORIA FUNCIONAL <input type="checkbox"/> ADMITIDO <input type="checkbox"/> EFETIVO <input type="checkbox"/> CONTRATADO <input type="checkbox"/> COMISSÃO <input type="checkbox"/> CLT <input type="checkbox"/> ELETIVO			DATA DE DESLIGAMENTO ___/___/___
MOTIVO DO DESLIGAMENTO <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> POR CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO <input type="checkbox"/> NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO <input type="checkbox"/> SEM JUSTA CAUSA <input type="checkbox"/> JUSTA CAUSA <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/> TÉRMINO CONTRATUAL <input type="checkbox"/> POR PROCEDIMENTO DISCIPLINAR			
SOU APOSENTADO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		EM ___/___/___	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> Regime Próprio de Previdência Social <input type="checkbox"/> Regime Geral de Previdência Social
CARGO / FUNÇÃO			
SOU PENSIONISTA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		Nº DO REGISTRO	TIPO DE REGIME PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> Regime Próprio de Previdência Social <input type="checkbox"/> Regime Geral de Previdência Social

**7- ACUMULAÇÃO DE CARGOS/ FUNÇÕES/ EMPREGOS PÚBLICOS (LEIA COM ATENÇÃO ANTES DE PREENCHER OS DADOS)
INFORMAÇÕES GERAIS IMPORTANTES:**

De acordo com o **artigo 37, Da Constituição Federal Brasileira**, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

PROVENTOS DE APOSENTADORIA

Também é lícita a acumulação de proventos de aposentadoria:

- IV. com cargo eletivo ou em comissão;
- V. com outra aposentadorias desde que ambas decorrentes de cargos acumuláveis;
- VI. com a remuneração de servidor ativo, se cargos acumuláveis.

PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR X ACUMULAÇÃO

Nestes casos as pensões representam o direito do beneficiário, como dependente de outro servidor (falecido), não caracterizando acumulação de cargos ou proventos pelo beneficiário da referida pensão.

ATENÇÃO: O Acumulo será considerado lícito havendo compatibilidade de cargos, horários e jornada quando se tratar de cargo, função e emprego público.

7.1 - DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE CARGO/ PROVENTOS

CIENTE DAS INFORMAÇÕES ACIMA, DECLARO QUE NÃO ACUMULAREI CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS (EM MINISTÉRIO, SECRETARIA, EMPRESA PÚBLICA, FUNDAÇÃO, PODER JUDICIÁRIO OU LEGISLATIVO OU OUTROS ENTES)

ASSINATURA DO DECLARANTE

7.2- DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO: CIENTE DAS ORIENTAÇÕES DO ITEM 7 DECLARO QUE:

7.2.2	() ACUMULAREI AS SEGUINTE ATIVIDADES PÚBLICAS		
() PMSP X PMSP	() PMSP X OUTRO MUNICÍPIO	() PMSP X ESTADUAL	() PMSP X FEDERAL
NOME DA UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	
NOME DA UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	

7.2.3	() ACUMULAREI A SEGUINTE ATIVIDADE E PROVENTOS PÚBLICOS		
() PMSP X PMSP	() PMSP X OUTRO MUNICÍPIO	() PMSP X ESTADUAL	() PMSP X FEDERAL
NOME DA UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	
APOSENTADORIA PELO SERVIÇO PÚBLICO	NOME DA UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL

Fico ciente que deverei informar a esta unidade de recursos humanos sobre qualquer alteração, inclusive de jornada.

ASSINATURA DO DECLARANTE

8. DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO FUNCIONAL COM EMPRESA PRIVADA

ATENÇÃO: A atividade desenvolvida em empresa da rede privada somente será lícita se houver compatibilidade com a jornada municipal.

NOME DA ÚLTIMA ou ATUAL EMPRESA EM QUE está TRABALHANDO OU TRABALHOU	Data do desligamento ____/____/____
--	--

9- DECLARAÇÃO DE ANTECEDENTES (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS)

DECLARO PARA FINS DE INGRESSO EM CARGO/ FUNÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO INCISO V DO ARTIGO 11 DA LEI 8989/1979, COMBINADO COM O ARTIGO 2º DO DECRETO 16.174/1979, QUE:

POSSUO REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS () SIM () NÃO
RESPONDO A INQUÉRITO POLICIAL OU PROCESSO CRIME () SIM () NÃO

ESTOU CIENTE E DECLARO QUE, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 16.174/1979, CITADO ABAIXO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES ACIMA REPRESENTAM A FIEL VERDADE E ESTOU CIENTE DE QUE SUA FALSIDADE OCASIONARÁ A NULIDADE DE MINHA NOMEAÇÃO E ATOS SUBSEQUENTES, BEM COMO QUALQUER INFORMAÇÃO QUE GERAR INTERPRETAÇÃO DÚBIA PODERÁ OCASIONAR ATRASO NO RECEBIMENTO DOS MEUS VENCIMENTOS, ATÉ SUA TOTAL REGULARIZAÇÃO

Art. 4º: Verificada, a qualquer tempo, a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental ou declaração do interessado, a exigência será considerada como não satisfeita e sem efeito o ato praticado em consequência de sua apresentação ou juntada, devendo o órgão ou entidade dar conhecimento do fato à autoridade, dentro de 5 (cinco) dias para instauração do processo criminal.

SÃO PAULO, _____ DE _____ DE _____

ASSINATURA DO DECLARANTE

10- USO EXCLUSIVO DA URH/ SUGESP (OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS: SIM () EXPEDIENTE Nº _____ DATA DOC LICITUDE ____/____/20____ NÃO ()

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE PROVENTOS: SIM () EXPEDIENTE Nº _____ DATA DOC LICITUDE ____/____/20____ NÃO ()

ESTA DISP/AF FOI RECEBIDA E CONFERIDA POR:

CARIMBO E ASSINATURA



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA/SUBPREFEITURA/DRE

EXPEDIENTE DE ACÚMULO DE CARGOS/FUNÇÕES Nº _____

1) IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR (A)

NOME: _____

NOME SOCIAL: _____

RF: _____ VINC: _____ RG: _____ CPF: _____

Declaro, sob as penas da Lei, que acumulo ou acumularei somente dois cargos ou funções na Esfera Pública indicada abaixo bem como fico ciente que a acumulação não poderá exceder a carga horária de trabalho semanal de 70(setenta) horas semanais.

1º Vínculo – () PMSP

2º Vínculo – () PMSP () Estadual () Federal () Outros Municípios

____/____/____

Assinatura do servidor

2) DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Vínculo (PMSP)

Cargo/Função: _____

Unidade de Trabalho _____

() Efetivo () Admitido () Comissão () Contratado

2º Vínculo:

Cargo/Função: _____

Unidade de Trabalho _____

() Efetivo () Admitido () Comissão () Contratado () ACT () CLT

____/____/____

Assinatura do servidor

3) DESPACHO

O ACÚMULO DE CARGOS/FUNÇÕES CONFORME A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA É:

3.1-LÍCITO, por tratar-se de:

3.1.1 02 (dois) cargos de professor, conforme o Art. 37, inciso XVI letra "a" da Constituição Federal CF/1988;

3.1.2 01 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico, conforme o Art. 37, inciso XVI letra "b" da Constituição Federal CF/1988;

3.1.3 02 (dois) cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, conforme o Art. 37, inciso XVI letra "c" da Constituição Federal CF/1988 e a Emenda Constitucional 34/2001;

3.1.4 Proventos, conforme o § 10 da Constituição Federal CF/1988 e a Emenda Constitucional 20/1998.

3.2 – ILÍCITO, por tratar-se de:

3.2.1 Incompatibilidade de horários;

3.2.2 Não se enquadrar nas exceções previstas no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal CF/1988;

3.2.3 Enquadrar-se no Item II, artigo 9º do Decreto 14.739/77.

____/____/____

Carimbo e Assinatura do Resp. – URH/SUGESP

Carimbo e Assinatura Autoridade competente URH/SUGES

4) ILUCITUDE

4.1. Em razão da **ilicitude** do acúmulo pleiteado, o servidor identificado no item 1 um deste formulário, **OPTA** conforme exposto e documentação em anexo:

____/____/____

Assinatura do Servidor

Despacho:

I - À vista das informações trazidas no presente, fica descaracterizado o acúmulo notificado no inicial, a partir de ____/____/____

II - Publique-se, anote-se e arquite-se.

PUBLICADO no DOC de: ____/____/____.

Carimbo e assinatura do responsável – URH/SUGESP

5) LEGISLAÇÃO

5.1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Artigo 37, inciso XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos exceto, quando houver compatibilidade de horários:

02 (dois) cargos de professor;

01 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico;

02 (dois) cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.

5.2- EXERCER, AINDA QUE EM DISPONIBILIDADE, OUTRO CARGO OU FUNÇÃO, SALVO UMA DE MAGISTÉRIO.

5.3 – LEI Nº 16.122, de 15 de janeiro de 2015, artigo 32. (SMS)

5.4 – LEI Nº 14.660, de 25 de dezembro de 2007, artigo 19. (SME)

5.5 – DECRETO Nº 14.739, de 26 de outubro de 1977.

Artigo 9º - Ao DRH caberá verificar a compatibilidade dos cargos ou funções, tendo em conta os casos permitidos nos artigos 1º e 2º, e também observar o seguinte:

I - Havendo compatibilidade dar-se-á posse, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação dos atestados que declaram os cargos ou funções exercidos (nome do órgão nome e natureza do cargo ou função) e os horários de trabalho, discriminando o início e o término dos períodos.

II - No caso de inobservância do prazo fixado no item I, a acumulação será julgada ilícita, ficando o servidor obrigado a optar por um dos cargos ou funções.

5.6 – ACUMULAÇÃO:

O acúmulo abrange empregos e funções públicas nas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

5.7 - DECRETO Nº 41.282 de 24 de outubro de 2001:

Delega competência as Secretarias Municipais para decidirem sobre as questões relativas a acúmulo de cargos.

5.8 – DECLARAÇÃO ANUAL DE ACÚMULO DE CARGOS

Anualmente todos os servidores municipais no exercício de mandatos, cargos, funções ou empregos em órgãos da administração direta e indireta, desde que acumulem vínculos, devem efetuar a Declaração Anual de Acúmulo de Cargos.

5.9 – DESLOCAMENTO ENTRE VÍNCULOS ACUMULÁVEIS

Considerando a compatibilidade de horários, ainda que permitido o acúmulo de cargo, deve-se analisar o tempo de deslocamento entre os vínculos, respeitando um intervalo mínimo e viável para que não haja prejuízo na execução de nenhuma jornada de trabalho.

5.10 – DESCANSO ENTRE JORNADAS DE TRABALHO ACUMULÁVEIS

Considerando o descanso viável e necessário entre as jornadas, ainda que permitido o acúmulo de cargo, deve-se analisar o tempo do descanso entre os vínculos acumuláveis.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

ATESTADO DE HORÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade de trabalho: _____ EH: _____
Endereço: _____ Nº: _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

Nome: _____
Nome Social: _____
RG: _____ Órgão Expedidor: _____ Registro Funcional: _____ VINC: _____

3. IDENTIFICAÇÃO DO CARGO / FUNÇÃO

Cargo / Função: _____
Categoria Funcional: () Efetivo () Admitido () Comissão () Contratado () CLT () ACT

4. HORÁRIO DE TRABALHO

SEGUNDA-FEIRA: das: _____ às _____ horas TERÇA FEIRA: das: _____ às _____ horas
QUARTA-FEIRA: das: _____ às _____ horas QUINTA-FEIRA: das: _____ às _____ horas
SEXTA-FEIRA: das: _____ às _____ horas SÁBADO: das: _____ às _____ horas
DOMINGO: das: _____ às _____ horas

5. DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações que compõem o presente representam a fiel verdade. (Preencher mesmo que o servidor tenha trabalhado apenas um dia)

- | | | |
|-------------------------|---------|---------|
| 1- É Pontual | () SIM | () NÃO |
| 2- É Decorrente do | () SIM | () NÃO |
| 3- Tem faltas habituais | () SIM | () NÃO |
| 4- É Decorrente do | () SIM | () NÃO |

Estou ciente de que na hipótese do servidor se revelar inassíduo ou impontual, deverei comunicar mediante memorando a Unidade de Recursos Humanos, nos termos do Comunicado Nº 11/DOM de 22.09.87 e Decreto 41.282 art. 1º inciso II.

OBS.Adicionais _____

_____/_____/_____
_____/_____/_____

Carimbo e Assinatura da Chefia Imediata

6. NO CASO DE COMPLEMENTO DE CARGA HORÁRIA – SÓ PARA DOCENTES

Unidade de trabalho: _____ EH: _____

Endereço: _____ Nº: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____

Categoria Funcional: () Efetivo () Admitido () Comissão () Contratado () CLT () ACT

Horário de trabalho:

SEGUNDA-FEIRA: das: _____ às _____ horas TERÇA FEIRA: das: _____ às _____ horas

QUARTA-FEIRA: das: _____ às _____ horas QUINTA-FEIRA: das: _____ às _____ horas

SEXTA-FEIRA: das: _____ às _____ horas SÁBADO: das: _____ às _____ horas

DOMINGO: das: _____ às _____ horas

_____/_____/_____

Carimbo e Assinatura da Chefia Imediata

7. INSTRUÇÕES

7.1 – PRAZO

O servidor tem prazo de 15 (quinze) dias corridos, para apresentar este formulário devidamente preenchido. A não observância, implicará na suspensão do pagamento nos termos do Decreto 14.739/77

7.2 – PREENCHIMENTO:

Sem rasuras e uso de corretivos.

Quando tratar-se de Professor, mencionar a(s) matéria(s) lecionada(s).

No caso de Médicos da PMSP, obedecer ao regime de 20 horas semanais previsto na Lei nº 16.122/2015 No campo 5 deverá constar a assinatura do Chefe Imediato

Em nenhuma hipótese este documento poderá ser recebido assinado por



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado

Contratante: **Prefeitura do Município de São Paulo**, através do Sr. Secretário _____, conforme autorização do(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a), por despacho publicado em DOC, consoante processo administrativo abaixo indicado:

Contratado: NOME:

NOME SOCIAL:

REGISTRO:

VINC

TERMO N°NÚMERO DO RG:

FUNÇÃO:

PROCESSO SEI N°

DATA PUBL: ____ / ____ / ____

OBJETO: CONTRATAÇÃO para atender necessidades temporárias do excepcional interesse público nos termos dos Artigos 1º e 2º da Lei 10.793, de 21 de dezembro de 1989.

Pelo presente instrumento, de um lado, a Prefeitura do Município de São Paulo, representado neste ato pelo Sr. Secretário _____, e de outro lado o(a) Sr.(a) acima indicado(a), portador do R.G. acima indicado têm, entre si, justo e contratado, a prestação de serviços para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na função acima indicada, nos termos da Lei 10.793/89, parcialmente alterada pela Lei 13.261/01 e regulamentada pelo Decreto 32.908/92, consoante autorização do(a) Sr(a). Prefeito(a), expressa no processo acima indicado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O CONTRATADO prestará serviços de doze meses, exclusivamente desenvolvendo as atividades inerentes à função para a qual está sendo contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO

Item 1: O CONTRATADO perceberá o salário mensal de R\$ _____ (_____), nos termos do inciso III, do artigo 5º, da Lei 10.793/89.

Item 2: O salário fixado na cláusula anterior será reajustado na conformidade e nas épocas previstas para o funcionalismo público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

O contrato produzirá efeitos a partir da data de início de exercício, e vigorará até doze meses, vedada a prorrogação, salvo nas hipóteses do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Lei 10.793/89, parcialmente alterada pela Lei 13.261/01, caso em que deverá ser lavrado Termo de Aditamento ao presente.

CLÁUSULA QUARTA - RESCISÃO

Dar-se-á a rescisão deste contrato:

- I. A pedido do contratado;
- II. Por conveniência da Administração, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;
- III. Quando o contratado incorrer em falta disciplinar;
- IV. Automaticamente, ao término do prazo estipulado neste Termo;
- V. Automaticamente, pelo não atendimento ao prazo estipulado para início de exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS E VANTAGENS

Ao CONTRATADO assistem iguais direitos e vantagens dos servidores públicos municipais, no que couber, e observando sempre o termo final deste Contrato, nos termos da Lei 10.793/89 e Decreto 32.908/92.

CLÁUSULA SEXTA - DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO está sujeito aos mesmos deveres e proibições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas, de acordo com o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos municipais, no que couber.

CLÁUSULA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

O CONTRATADO é obrigado a prestar quarenta horas semanais de trabalho, vinculando-se às normas internas da P.M.S.P., inclusive quanto ao cumprimento da jornada de trabalho e registro de ponto.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Item 1º As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentaria nº _____.

Item 2º O CONTRATADO deve assumir os serviços a serem prestados na unidade designada no prazo máximo de dois dias, contados a partir da assinatura deste, munido da Comunicação de Início de Exercício, sob pena de ter o mesmo automaticamente rescindido, independente de qualquer formalidade, de acordo com o artigo 12, parágrafo único do Decreto 32.908/92.

Item 3º Expirado o prazo contratual previsto na Cláusula Terceira deste, O CONTRATADO deverá se dirigir à Unidade de Recursos Humanos, da Secretaria em que for lotado, para verificação final de seus direitos, não fazendo jus a qualquer remuneração por dias de serviços prestados que excederem o prazo contratual.

Item 4º O CONTRATADO está proibido de prestar serviços diversos dos constantes deste instrumento, bem como, receber designações especiais ou ser nomeado para o exercício de cargo em comissão.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São Paulo, ____ de _____ de ____.

CONTRATADO

CONTRATANTE

1ª Testemunha

PUBLICADO NO DOC DE ____/____/____.

2ª Testemunha



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA/SUBPREFEITURA/DRE _____

Termo de Aditamento do Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado

CONTRATANTE: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através do Sr. Secretário _____, conforme autorização do(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a), por despacho publicado em DOC, consoante processo administrativo abaixo indicado:

Contratado: NOME:

REGISTRO:

VINC

TERMO Nº NÚMERO DO RG:

FUNÇÃO:

PROCESSO SEI Nº

DATA PUBL: ____ / ____ / ____

OBJETO : PRORROGAÇÃO de Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei 10.793/89, de 21 de dezembro de 1989, combinado com o Artigo 7º das Disposições Estatutárias e Transitórias da Lei 11.229/92, de 26 de junho de 1992 e Artigo 14º, parágrafo 2º da Lei 12.396/97, de 02 de julho de 1997.

A Prefeitura do Município de São Paulo, neste ato representado pelo Sr. Secretário Municipal _____, e o (a) Sr.(a) acima indicado, firmam o presente Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, na função acima indicada, de acordo com a autorização constante do processo administrativo epigrafado, mediante as seguintes cláusulas:

1ª Fica prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de ____/____/____, o contrato firmado entre as partes, através de processo administrativo nº _____.

2ª Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original, firmado aos ____/____/____.

3ª As despesas decorrentes do presente correrão à conta da dotação orçamentária nº _____ da respectiva unidade em que for lotado.

E, por estarem, assim, justo e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo.

São Paulo, ____ de _____ de ____.

CONTRATADO

CONTRATANTE

1ª Testemunha

2ª Testemunha

Publicado - D.O.C.: ____/____/____.

Retificado - D.O.C.: ____/____/____.



CIDADE DE
SÃO PAULO

Anexo Único da Resolução COMAP nº 01 de 2024, com fundamento na Lei nº 17.910/2023.

DECLARAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A), EMPREGADO (A) OU INDICADO (A)

NOME: _____

NOME SOCIAL: _____

RG/CIN/RNE/RF: _____ CPF: _____

CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO: _____

SECRETARIA/SUBPREFEITURA: _____

2. DECLARAÇÃO

DECLARO ter conhecimento do teor da Lei Municipal nº 17.910 de 17 de janeiro de 2023, que veda a nomeação de pessoa condenada, por sentença criminal com trânsito em julgado, fundamentada na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para exercer cargo ou emprego público no Município de São Paulo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, e que:

() **não incorro** na vedação previstas na Lei Municipal nº 17.910 de 17 de janeiro de 2023.

() **incorro** na vedação previstas na Lei Municipal nº 17.910 de 17 de janeiro de 2023.

() **tenho dúvidas** se incorro ou não na vedação prevista na Lei Municipal nº 17.910 de 17 de janeiro de 2023, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação da vedação

3. AUTORIZAÇÃO

DECLARO ter conhecimento e autorizo a realização de consultas de natureza judiciais, extrajudiciais e demais certidões pessoais, ressalvado o disposto do Decreto Municipal nº 59.767, de 15 de setembro de 2020, que regulamenta, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Assinatura do interessado/servidor

RG/CIN/RNE/RF: _____

_____/_____/_____

TERMO DE CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS ENTREGUES PARA A FORMALIZAÇÃO DE INGRESSO-CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL POR TEMPO DETERMINADO

Termo para conferência e seleção dos documentos de Formalização do Contrato apresentados pelo servidor ingressante antes da anexação no prontuário.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____	RF: _____
NOME SOCIAL: _____	
CARGO/FUNÇÃO/ EMPREGO _____	
SECRETARIA/SUBPREFEITURA: _____	
<input type="checkbox"/> COM VÍNCULO ANTERIOR	<input type="checkbox"/> SEM VÍNCULO ANTERIOR

1- Documentos Pessoais:

	Cédula de Identidade - RG ou Carteira de Identidade Nacional - CIN
	Carta de Igualdade de Direitos (se nacionalidade portuguesa)
	Registro Nacional de Estrangeiro - RNE ou Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM
	Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF
	Comprovante de PIS/PASEP (se já inscrito)
	Título de Eleitor, comprovante de votação ou quitação eleitoral se for o 1º vínculo
	Certificado de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar constando Dispensa (para candidatos com idade inferior a 46 anos, do sexo masculino)
	Declaração de inclusão e uso do nome Social nos termos dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 58.228/18.
	Duas fotos 3x4

2- Documentos da Formalização do Contrato

	DISP – Declaração para Ingresso no Serviço Público- todos os campos estão preenchidos, assinados pelo ingressante e pelo Agente formalizador da posse;
	DISP-AF – Declaração de Alteração da Situação Funcional- todos os campos estão preenchidos, assinados pelo ingressante e pelo Agente formalizador da posse;
	Comunicado de Início de Exercício - todos os campos estão preenchidos, assinados e carimbado pela Chefia Imediata;
	Termo de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado assinado pelo Contratante e Contratado
	Escolaridade exigida de acordo com função e Comunicado de Contratação.
	Atestado Médico de Capacidade Laborativa devida assinado.
	Comprovante de endereço residencial em nome do nomeado, no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo.
	Solicitação de autorização para residir fora do Município de São Paulo, nos termos do Decreto Municipal nº 16.644/1980.
	O ingressante é ex-servidor de Outros órgãos Públicos e consta o documento que comprova o motivo da demissão, dispensa ou exoneração para verificação de eventuais impedimentos do exercício de cargo público
	Declaração nos termos do parágrafo 1º, 2º e 3º, inciso I do artigo 3º do Decreto Municipal 53.177/2012.
	Expediente de Acúmulo de Cargos (Quando for o caso)
	Atestado de Horário (Quando for o caso)

	Anexo Único da Resolução COMAP nº 01 de 2024, com fundamento na Lei nº 17.910/2023.
	Comprovante de Conta Bancária
	Foi conferido no SISPATRI que o ingressante prestou a Declaração de Bens e Valores nos termos do Decreto Municipal nº 58.776/2019, combinado com o Decreto Municipal nº 59.432/2020.
	Documento comprobatório original de tempo de experiência (Quando for o caso)
	O ingresso foi submetido à avaliação Jurídica e consta conclusão para a formalização do ingresso
	Os documentos entregues em xerocópias estão com o “visto confere” do Agente Formalizador da posse

**Formulário preenchido pelo responsável
da formalização do ingresso:**

São Paulo, ____ de _____ de ____

Carimbo e Assinatura do responsável – URH/SUGESP/DRE